



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FERNANDA MARQUES JACOVOZZI

**PROCEDIMENTOS AVERSIVOS:  
DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER  
E DE SIDMAN E DE PSICOTERAPEUTAS INFANTIS**

---

Londrina  
2009

FERNANDA MARQUES JACOVOZZI

**PROCEDIMENTOS AVERSIVOS:**  
DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER  
E DE SIDMAN E DE PSICOTERAPEUTAS INFANTIS

Dissertação apresentada para ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientadora: Prof. Maura Alves Nunes Gongora

Londrina  
2009

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

J18p Jacovozzi, Fernanda Marques.  
Procedimentos aversivos: divergências entre as recomendações de Skinner e de Sidman e de psicoterapeutas infantis / Fernanda Marques Jacovozzi. – Londrina, 2009.  
vi, 54 f. : il.

Orientador: Maura Alves Nunes Gongora.  
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2009.  
Inclui bibliografia.

1. Comportamento – Análise – Teses. 2. Psicoterapia infantil – Teses. 3. Con-trole aversivo (Psicologia) – Teses. 4. Reforço (Psicologia) – Teses. 5. Punição (Psicologia) – Teses. I. Gongora, Maura Alves Nunes. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9.019.43

FERNANDA MARQUES JACOVOZZI

**PROCEDIMENTOS AVERSIVOS: DIVERGÊNCIAS ENTRE AS  
RECOMENDAÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN E DE  
PSICOTERAPEUTAS INFANTIS**

Dissertação apresentada para ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Maura Alves Nunes Gongora  
UEL – Londrina – PR

---

Prof<sup>ª</sup>. Fátima Cristina de Souza Conte  
Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento

---

Prof<sup>ª</sup>. Yara Kuperstein Ingberman  
Faculdade Evangélica do Paraná

---

Prof<sup>ª</sup>. Cynthia Borges de Moura  
UEL – Londrina – PR

---

Prof<sup>ª</sup>. Maura Glória de Freitas  
UEL – Londrina – PR

Londrina, 10 de agosto de 2009.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar meus caminhos e não me deixar desistir apesar das dificuldades.

A toda a minha família por me apoiar sempre, cada um a sua maneira e acreditar em cada passo que dou. Amo muito todos vocês.

Aos meus amigos pelas palavras de carinho e incentivo, o apoio de vocês foi fundamental.

Aos meus colegas de mestrado pelos ótimos momentos que passamos juntos.

Alexandra, Ana Cristina e Kamila, muito obrigada por tudo, teria sido muito mais difícil sem o carinho e a dedicação de vocês a mim. Amo vocês.

A todos os profissionais que participaram da pesquisa, direta e indiretamente, muito obrigada.

A Profª Cynthia Borges pela disponibilidade em me ajudar sempre.

A Profª Márcia Gon pelo carinho com que sempre me tratou.

A minha orientadora Profª Maura Gongora por ser um exemplo de uma pessoa que ama o que faz, pelo tempo que dedicou ao meu trabalho e a mim nesses anos.

JACOVOZZI, Fernanda Marques. **Procedimentos aversivos: divergências entre as recomendações de Skinner e de Sidman e de psicoterapeutas infantis.** 2009. 54 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

Questionamentos referentes à recomendação de procedimentos de intervenção comportamental não são recentes, especialmente quando se discute a respeito de procedimentos aversivos. O estudo descrito neste artigo teve como objetivo principal verificar divergências entre as recomendações de procedimentos de intervenção de livros de orientação para pais, recomendados por psicoterapeutas comportamentais infantis, e as recomendações de autores da área básica da Análise do Comportamento, quanto ao uso de procedimentos aversivos de intervenção comportamental. Considerando-se que B. F. Skinner e M. Sidman fundamentam a maioria das análises de autores na área de psicoterapia comportamental infantil, eles foram eleitos para serem analisados neste estudo. O estudo foi dividido em dois passos. No primeiro foi realizado um levantamento, junto à bibliografia da área básica em Análise do Comportamento, relativo às posições dos dois autores eleitos que discutem a respeito da recomendação de procedimentos de intervenção fundamentados no controle aversivo. No segundo passo, foram examinados os procedimentos comportamentais de intervenção que são recomendados nos livros de orientação para pais mais indicados por psiterapeutas comportamentais infantis. Foram examinados os quatro livros mais indicados por 32 terapeutas infantis, que responderam a um questionário (enviado a 50 psicoterapeutas). As posições gerais de Skinner e de Sidman já são bastante conhecidas: eles não recomendam procedimentos aversivos e, em seu lugar, recomendam o uso de reforço positivo. No entanto, Sidman mostrou-se mais rigoroso em suas restrições, pois, enquanto Skinner centra suas críticas à punição e recomenda o uso de extinção, Sidman estende suas restrições, também, ao uso do reforço negativo e da extinção. Ambos os autores fundamentam-se no fato de que procedimentos aversivos produzem subprodutos indesejáveis, especialmente os de ordem emocional. No exame dos quatro livros de orientação para pais mais recomendados pelos psicoterapeutas comportamentais infantis verificou-se que, além do uso de procedimentos pautados no reforço positivo, há a indicação de procedimentos que são fundamentados no controle aversivo. Destacou-se a indicação do procedimento de seguir regras que inclui a punição negativa e a recomendação do *time-out* (por dois dos livros consultados) que fundamenta-se tanto na punição negativa quanto na punição positiva. Tais procedimentos são recomendados pelos autores dos livros de orientação para pais com a argumentação de que os mesmos podem contribuir para diminuir a frequência de comportamentos indesejáveis e produzir efeitos desejáveis a longo prazo sem resultar em subprodutos indesejáveis. Tanto os autores dos livros de orientação para pais, quanto Skinner e Sidman, não recomendam a punição física ou o castigo corporal, sob hipótese alguma, por seus subprodutos indesejáveis e por serem contra a ética geral dos direitos humanos. Comparando-se, então, a posição destes dois autores da área básica com a posição dos autores dos livros de orientação para pais mais indicados, pode-se dizer que enquanto Skinner e Sidman restringem ao máximo a recomendação de procedimentos aversivos, autores dos livros de orientação para pais recomendam o procedimento de seguir regras e o de *time-out*, ambos considerados uma forma de punição, conforme definições da área básica.

**Palavras-chave:** Controle aversivo. Reforço negativo. Punição. Orientação de pais. Procedimentos de intervenção.

JACOVOZZI, Fernanda Marques. **Aversive procedures: divergences between Skinner and Sidman and child psychotherapist.** 2009. 54 f. Dissertation. (Master's Degree in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## ABSTRACT

Questionings referring to the recommendation of intervention procedures are not recent, especially when it is argued regarding aversive procedures. The study that is described at this article has as main objective to verify the divergences between the recommendations of intervention procedures from training books for parents, recommended for child behavioral psychotherapists, from the recommendations of the authors of the Analysis of Behavior area regarding to the use of interventions based on aversive behavioral procedures. It is considered that B.F Skinner and M.Sidman are always consulted by their authors of the parent training area, and because of that, they were elected to be analyzed on this study. The study was divided into two steps. On the first one, a survey was carried through next to the bibliography of the basic area in Analysis of Behavior relative to the positions of the two authors elect who discuss regarding the recommendation of procedures of intervention based on the aversive control. On the second step were examined the interventional behavioral procedures by parenting training psychotherapist most recommended books. Were examined the 4 most recommended books by 32 child behavioral psychotherapists who answered a questionnaire (sent to 50 psychotherapist). The general point of view of Skinner and Sidman are already really well known: They do not recommend aversive procedures, and spite of that they recommend the use of positive reinforcement. Although, Sidman was more rigorous at his restrictiveness because while Skinner centralize his critics to punishment and recommends the use of extinction, Sidman understands its restriction regarding also to the use of negative reinforcement and extinction. Both authors are based on the fact that aversive procedures produce undesirable subproducts, specially the emotional ones. On the examine of the 4 most parent training books most recommended by the psychotherapist to parents, was verified that besides the use of procedures based on positive reinforcement there is the recommendation of procedures who are based on aversive control. Was appealing that the recommendation of the following rules procedure what includes the negative punishment and the time out recommendation (by two of the consulted books) who are based such is positive as in negative punishment. Those procedures are recommended because the authors of parent training books understand that these procedures may contribute to diminish the frequency of undesirable behaviors without resulting in undesirable subproducts. Both parent training books authors and Skinner and Sidman do not recommend physical or corporal punishment under any circumstances, because of its undesirable sub productives and because they are against the ethics of human rights. Finally comparing the point of view of these two authors of the basic area to the authors of parent training books, it is to say that while Skinner and Sidman restrict a lot the recommendation of aversive procedures, the authors of parent training books recommend the following rules and time out procedures, both considered one punishment form, as definitions of the basic area.

**Keywords:** Aversive control. Negative reinforcement. Punishment. Parent training. Intervention procedures.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>PROPOSTA DE ARTIGO – PROCEDIMENTOS AVERSIVOS: DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN E DE PSICOTERAPEUTAS INFANTIS</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
O CONTROLE DO COMPORTAMENTO POR CONTINGÊNCIAS AVERSIVAS.....	12
Contingências de Reforço Negativo .....	12
Contingências de Punição.....	13
POSIÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN QUANTO AO USO DE PROCEDIMENTOS AVERSIVOS DE INTERVENÇÃO .....	15
Procedimentos de Intervenção Recomendados por Skinner e por Sidman .....	16
Procedimentos de Intervenção não Recomendados por Skinner e por Sidman .....	18
<i>Procedimentos de Punição</i> .....	18
<i>Procedimentos de Reforço Negativo</i> .....	20
<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	22
<b>OBJETIVOS</b> .....	23
<b>DELINEAMENTO METODOLÓGICO</b> .....	23
PASSO 1- LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS POR SKINNER E POR SIDMAN.....	23
Seleção e Análise dos Textos .....	24
PASSO 2- LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS NOS LIVROS DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS MAIS INDICADOS POR PSICOTERAPEUTAS INFANTIS.....	24
<b>RESULTADOS</b> .....	25

<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	30
DISTINÇÕES ENTRE AS POSIÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN COM RELAÇÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL.....	31
DISTINÇÕES ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DOS 4 LIVROS DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS RECOMENDADOS.....	32
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE SKINNER E SIDMAN E AS RECOMENDAÇÕES DE PSICOTERAPUTAS COMPORTAMENTAIS INFANTIS .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41
<b>APÊNDICES</b> .....	45
APÊNDICE A - Delineamento Metodológico .....	46
APÊNDICE B - Questionário enviado aos psicólogos para consulta sobre os manuais de orientação para pais mais indicados .....	54

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem como intuito descrever um estudo realizado no programa de mestrado em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina. Em linhas gerais, o estudo aqui descrito pretendeu verificar quais as divergências entre a área básica e a área aplicada, da Análise do Comportamento, quanto à utilização de certos procedimentos de intervenção comportamental considerados aversivos. Dizendo em termos mais específicos, este estudo teve como objetivo principal verificar divergências entre as recomendações de procedimentos aversivos de intervenção comportamental, que constam dos livros de orientação para pais mais recomendados por psicoterapeutas comportamentais infantis, e as recomendações de dois autores da área básica da Análise do Comportamento. Considera-se que B. F. Skinner e M. Sidman são autores que fundamentam a maioria das análises dos autores da área de psicoterapia comportamental infantil, por isso foram eleitos, entre outros autores da área básica, para serem analisados neste estudo. Os livros de orientação para pais, aqui examinados, foram selecionados por serem os mais indicados em uma pesquisa realizada com psicoterapeutas comportamentais infantis. Esta dissertação consiste de duas partes. A primeira constituída por uma proposta preliminar de um artigo que examina os procedimentos de intervenção recomendados e os não recomendados por Skinner e por Sidman, bem como os procedimentos recomendados e os não recomendados nos livros de orientação para pais selecionados, com o objetivo de verificar as divergências entre as posições dos autores da área básica e dos autores dos livros, estes considerados da área aplicada. A segunda parte está constituída por dois apêndices, entre os quais se destaca o Apêndice A, no qual se encontra a descrição detalhada da metodologia de pesquisa utilizada que não pode, por problema de espaço, ser incluída no texto do artigo. Ao examinar as recomendações e as restrições de procedimentos aversivos de intervenção comportamental, tanto por Skinner e Sidman quanto por autores de livros de orientação para pais mais recomendados por psicoterapeutas comportamentais, este estudo pretende colaborar com o debate a respeito das intervenções comportamentais mais efetivas tanto no campo da educação quanto no campo da psicoterapia infantil. É importante destacar que o texto aqui denominado “proposta de artigo” ainda precisa ser reformulado em diversos aspectos, mas, principalmente no que se refere ao número de páginas, antes de ser submetido à publicação.

**PROPOSTA DE ARTIGO**

**PROCEDIMENTOS AVERSIVOS:**

DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER E DE  
SIDMAN E DE PSICOTERAPEUTAS INFANTIS

## INTRODUÇÃO

Para o Behaviorismo Radical a noção de controle está relacionada tanto com a proposta de se fazer uma análise experimental do comportamento como com a possibilidade de se produzir tecnologia para lidar com os problemas humanos, ou seja, de construir uma ciência aplicada (Nico, 2001).

Skinner (1971/1977) defende que o controle ambiental sobre o comportamento não é uma opção, pois ocorre independentemente de ser identificado ou não e, portanto, desconsiderar esse fato é bloquear a possibilidade de avanço na produção de tecnologia eficaz para lidar com os problemas humanos. Dentro desta proposta, entende-se que os problemas encontrados em nossa sociedade não advêm do controle em si, mas de certos tipos de controle e, assim, a solução seria analisar e modificar algumas das contingências de controle às quais os homens são submetidos (Skinner, 1974; Sidman, 1989/2003).

Na medida em que se estuda a relação organismo - ambiente, considerando a noção skinneriana de controle do comportamento por variáveis ambientais, verifica-se que a ciência experimental conceituou, de modo geral, dois tipos de controles, quais sejam: aquele exercido por contingências de reforço negativo e de punição, denominado “Controle Aversivo” do comportamento (Skinner, 1972/1975; Catania, 1999) e o controle exercido por contingências de reforço positivo e de extinção denominado “Controle Positivo” (Skinner, 1953/2000; Balsam & Bondy, 1983; Perone, 2003). Há, ainda, outras denominações para as contingências de controle por reforço negativo e punição: Sidman (1989/2003) denominou-as “Coerção” e Millenson (1967/1975), “Contingências Aversivas”. Como o termo “Controle Aversivo” tem sido amplamente usado na Análise do Comportamento, esta será a terminologia utilizada nesta dissertação.

Skinner (1953/2000), Balsam e Bondy (1983), Sidman (1989/2003), Millenson (1967/1975), Catania (1999), Lerman e Vorndran (2002), Perone (2003), dentre outros, discutem os diferentes efeitos produzidos por contingências de controle aversivo e de controle positivo. Os efeitos destes controles têm sido qualificados como desejáveis<sup>1</sup> ou indesejáveis. Com base nessas qualificações, procedimentos de intervenção fundamentados

---

<sup>1</sup> A qualificação de um efeito como desejável ou indesejável envolve a análise de critérios éticos relacionados a tal qualificação. Como foge aos objetivos deste estudo, apesar de importantes, tais critérios éticos não foram aqui discutidos. Portanto, quando os termos desejável ou indesejável são referidos neste estudo, é no mesmo sentido com que os autores citados os utilizam, o que será explicitado mais adiante.

em contingências de controle aversivo e de controle positivo são recomendados ou não em práticas profissionais como a educação e a psicoterapia, principalmente.

Questionamentos relacionados à recomendação ou à restrição de procedimentos em Análise Comportamental Aplicada não são recentes, especialmente quando se trata do campo de orientação para pais. Na década de 70, quando o modelo repressor de educar os filhos foi fortemente criticado, um novo estilo de educação, denominado “permissivo”, começou a se expandir. Nessa nova forma de educar, os pais tinham grandes dificuldades em impor limites e regras a seus filhos. Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre os modelos de educação e os procedimentos a eles agregados, já que ambos os estilos de educação (repressor e permissivo) podem produzir efeitos indesejáveis no repertório comportamental da criança, além de problemas na relação entre educadores e crianças (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Canaan-Oliveira, Neves, Silva & Bobert, 2002; Gomide, 2004; Weber, 2005). Verifica-se atualmente uma grande preocupação, no campo da educação em geral e da orientação para pais em particular, em questionar a respeito de quais procedimentos de intervenção seriam os mais recomendáveis por produzirem maiores benefícios para crianças e jovens e, ainda, para a sociedade em geral.

Pode-se dizer que a área de orientação para pais faz parte da chamada Análise Comportamental Aplicada. Seriam assim chamadas as práticas profissionais de Analistas do Comportamento que têm como objetivos principais gerar problemas de pesquisa do mundo natural e promover mudanças socialmente importantes. Assim, a área aplicada distingui-se das outras pelo fato de seu objeto de estudo ter uma importância fundamental para a sociedade, muito mais que para a teoria (Neef & Peterson, 2003). Pode-se citar como exemplo de tais práticas o trabalho nas clínicas, nas escolas, nas organizações e nas instituições de saúde, onde o propósito principal seria explicar e modificar comportamentos (Baer, Wolf & Risley, 1968; Kazdin, 1975; Carvalho, 2002). Skinner (1972/1975, 1953/2000) demonstrou uma grande preocupação com a produção de uma tecnologia comportamental que pudesse ser aplicada e utilizada para solucionar problemas humanos. Dessa forma, assim como afirma Carvalho (2002), a Análise do Comportamento tem como um de seus compromissos a melhoria da vida humana através de suas práticas. Para Baer, Wolf e Risley (1968), melhores aplicações da tecnologia do comportamento irão resultar em uma melhoria da sociedade e dos indivíduos que a compõem. Então, quanto mais embasada e sistemática esta aplicação, melhores os seus resultados tanto para o indivíduo quanto para o seu grupo, e para a sociedade em geral (Neef & Peterson, 2003).

Nas análises das inter-relações entre área básica e área aplicada, uma discussão importante refere-se ao papel de cada uma na produção de conhecimento. Autores tradicionais tais como Baer, Wolf e Risley (1968), entendem que a área básica “produz” o conhecimento e a área aplicada o “aplica” em intervenções diretas para resolver problemas humanos ou sociais. Outros autores tais como Neef e Peterson (2003), por exemplo, entendem que as intervenções no campo aplicado também podem gerar conhecimento e, assim, alterar conclusões produzidas na chamada pesquisa básica.

Neste estudo, procura-se verificar quais as posições de autores da área básica e de profissionais da área aplicada da Análise do Comportamento quanto à recomendação ou não recomendação de procedimentos considerados aversivos. Considerando-se que Skinner e Sidman (como seu seguidor) fundamentam a maioria das análises de autores que lidam com orientação para pais (Conte & Regra, 2000; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Guilhardi, 2002; Gomide, 2004; Weber, Viezer & Brandenburg, 2003; Weber, Viezer & Brandenburg, 2004; Weber, 2005; Panetta, Wang, Kurokawa & Banaco, 2006, dentre outros), foram eles os autores da área básica eleitos para serem aqui estudados. Cabe pontuar que entende-se aqui por “área básica” tanto o produto dos estudos experimentais quanto dos estudos no campo teórico-conceitual. Para representar a área aplicada, foram selecionados e analisados os livros de orientação para pais mais recomendados por psicoterapeutas comportamentais infantis. Entende-se então que, neste estudo, a posição destes psicoterapeutas está representada nas recomendações e restrições presentes nos livros analisados neste estudo, embora de maneira indireta.

## O CONTROLE DO COMPORTAMENTO POR CONTINGÊNCIAS AVERSIVAS

### Contingências de Reforço Negativo

Na relação entre o comportamento e sua conseqüência, pode-se verificar que, algumas vezes, a conseqüência aumenta a probabilidade de respostas voltarem a ocorrer. Na contingência de reforço negativo tem-se uma resposta que aumenta de freqüência devido às conseqüências que produziu ou que a seguiu, neste caso, a retirada de algo da situação

(estímulos aversivos ou reforçadores negativos). De acordo com Catania (1999) o comportamento de fuga é o exemplo mais simples de reforçamento negativo e ainda, este comportamento deve ser diferenciado do comportamento de esquiva, em que uma resposta evita ou atrasa um estímulo aversivo.

Pode-se dizer que a contingência de reforço negativo produz tanto o comportamento de fuga quanto o de esquiva e a principal diferença entre esses dois processos é que a resposta de fuga suspende ou remove estímulos aversivos, quando na presença dos mesmos. Já a resposta de esquiva pode adiar a estimulação aversiva condicionada, ou seja, a resposta reforçada negativamente ocorre quando certos estímulos condicionados sinalizam a presença da estimulação aversiva (Catania, 1999).

### Contingências de Punição

No processo de punição pode-se dizer que o responder é conseqüenciado por eventos que o torna menos provável. Na operação de punir pode haver a redução na freqüência ou a supressão de uma dada resposta, pela apresentação de um estímulo aversivo ou pela remoção de um reforçador positivo (Skinner, 1953/2000).

Assim, enquanto contingências de reforço aumentam a probabilidade de um dado comportamento ocorrer, pela apresentação de estímulos com função de reforçadores positivos ou pela remoção de estímulos que funcionam como reforçadores negativos, na contingência de punição, a probabilidade de um comportamento tende a diminuir pela apresentação de estímulos reforçadores negativos ou pela remoção de reforçadores positivos disponíveis<sup>2</sup>. Neste sentido, o controle aversivo envolve, em termos gerais, tanto um processo que aumenta a probabilidade do comportamento (reforço negativo) como também um processo de redução de sua probabilidade ou mesmo de supressão do responder (punição). Estes efeitos descritos anteriormente são denominados “diretos” porque estão relacionados ao aumento e à diminuição da probabilidade de uma dada resposta ocorrer, após ser

---

<sup>2</sup> Alguns autores (Michael, 1975; Baron & Galizio, 2005; Iwata, 2006; Sidman, 2006) assumem a dificuldade em distinguir, em certas ocasiões, procedimentos de reforçamento e de punição em termos de apresentação ou remoção de estímulos, classificando-os em positivo e negativo a partir disso. Para estes autores, em alguns momentos é complicado classificar uma situação em termos de apresentação ou remoção de estímulos visto que tal situação pode envolver ambos os processos. Dessa forma, os próprios autores concluem que o mais importante seria reconhecer que tal ambigüidade existe em certas ocasiões e que esta discussão continua controversa.

consequenciada diretamente por eventos reforçadores ou punidores (Skinner, 1953/2000; Sidman, 1989/2003).

Além dos efeitos diretos apresentados acima, há outros - efeitos indiretos ou subprodutos - que ocorrem concomitante ou posteriormente ao aumento ou à diminuição da probabilidade da resposta e que podem ser considerados desejáveis e indesejáveis, como será destacado posteriormente (Skinner, 1953/2000; Michael, 1975; Himeline, 1984; Sidman, 1989/2003; Todorov, 2001; Lerman & Vorndran, 2002; Perone, 2003; Mazzo, 2007).

Sidman (1989/2003) afirma que os efeitos colaterais ou indiretos referem-se às conseqüências não-pretendidas, tal como ocorre com as drogas que podem produzir outros efeitos (como a dependência química) além daqueles esperados (diminuição da dor, de náuseas, dentre outros). De modo semelhante, a punição também pode produzir outros efeitos além daqueles relacionados à diminuição da frequência da resposta punida. Para Skinner (1953/2000), enquanto o efeito direto diz respeito ao aumento ou à diminuição da probabilidade do comportamento (efeitos operantes), os efeitos indiretos ou subprodutos dizem respeito, principalmente, aos efeitos respondentes ou emocionais. Muitas vezes, os efeitos operantes ocorrem de maneira concomitante com os efeitos respondentes. Por exemplo, quando é emitida uma resposta de fuga, a estimulação aversiva, que antecede a fuga, pode eliciar um aumento das reações emocionais (subprodutos) antes da ocorrência da remoção dos estímulos aversivos. Ou seja, antes que ocorra a resposta operante de fuga (Millenson, 1967/1975).

Pode-se dizer que os subprodutos são tratados por Skinner (1953/2000) e Sidman (1989/2003) como os efeitos mais importantes do controle aversivo do comportamento. Para Sidman (1989/2003), no caso do controle aversivo, os efeitos indiretos ou subprodutos “frequentemente têm significação comportamental maior que os esperados efeitos principais” (Sidman, 1989/2003, p.94). Além disso, os subprodutos emocionais são utilizados por Skinner e por Sidman como justificativa para não recomendarem os procedimentos de intervenção fundamentados em contingências aversivas, em contextos como o da educação, da psicoterapia e da indústria, por exemplo. Por isso, ao tratar dos procedimentos de intervenção recomendados ou não por estes dois autores faz-se necessário verificar, também, os subprodutos de contingências que fundamentam tais procedimentos.

## POSIÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN QUANTO AO USO DE PROCEDIMENTOS AVERSIVOS DE INTERVENÇÃO

Ao analisar a posição de Skinner (1971/1977, 1972/1975, 1953/2000) e de Sidman (1989/2003, 2006) com relação aos procedimentos de intervenção que deveriam ou não ser utilizados no campo da Análise Comportamental Aplicada, verifica-se que eles apresentam uma postura fortemente restritiva com relação ao uso de procedimentos aversivos, justificada por seus subprodutos indesejáveis. Cabe lembrar que há ainda outros autores (Balsan & Bondy, 1983; Himeline, 1984; Todorov, 2001; Lerman & Vorndran, 2002; Vollmer, 2002; Perone, 2003) cujas posições diferem das posições de Skinner e de Sidman, no que diz respeito à recomendação ou não de procedimentos aversivos. Tais autores argumentam que há certos aspectos, como a frequência e a intensidade de apresentação da estimulação aversiva, por exemplo, que são pouco discutidos por Skinner e Sidman, quando eles se referem à recomendação ou à restrição aos procedimentos aversivos, na área aplicada. Entretanto, conforme já ressaltado anteriormente, é a posição de Skinner e de Sidman, com relação à recomendação de procedimentos aversivos, que fundamenta a grande maioria dos Analistas do Comportamento que lidam com orientação para pais. Tendo isto em conta, embora a posição desses dois autores não represente uma unanimidade da área básica, será deles a posição focada neste estudo e, por vezes, referida como uma posição da “área básica”.

Tanto Sidman (1989/2003) quanto Skinner (1953/2000) procuram destacar que a punição é utilizada com frequência em nossa sociedade pelo efeito imediato que produz (redução temporária do comportamento indesejável), mas argumentam que tal uso produz efeitos indesejáveis a longo prazo. Dessa forma, os efeitos imediatos da punição fortalecem o comportamento dos indivíduos de utilizá-la em situações semelhantes. Para Skinner (1953/2000) e Sidman (1989/2003) a probabilidade de se obter um efeito imediato é muito maior quando se utiliza a punição, se comparada ao uso do reforço positivo. Devido a isso, estes autores argumentam que procedimentos de controle aversivo são mais facilmente aprendidos por educadores do que procedimentos de reforço positivo, mas isso não é indicativo de que tais técnicas aversivas sejam as melhores opções, justamente por seus subprodutos indesejáveis.

Na próxima seção serão apresentados os procedimentos de intervenção recomendados e aqueles que não são recomendados por esses dois autores da área básica, acompanhados dos seus argumentos para justificar tal posição. Apesar da ênfase neste estudo

estar relacionada aos procedimentos de intervenção aversivos, faz-se necessária a discussão de alguns procedimentos fundamentados no controle positivo já que são estes os procedimentos mais recomendados para substituir o uso de procedimentos aversivos.

### Procedimentos de Intervenção Recomendados por Skinner e por Sidman

Os dois autores da área básica recomendam, via de regra, a substituição de procedimentos aversivos por outros não aversivos, principalmente com a população infantil. Como alternativa aos procedimentos aversivos, Skinner (1971/1977, 1972/1975, 1953/2000) propõe os seguintes procedimentos: manejo da condição antecedente ambiental, uso da extinção e uso do reforço positivo de comportamentos operantes alternativos à resposta punida.

Ao tratar dos procedimentos alternativos à punição, Skinner (1953/2000) não detalha como os mesmos poderiam ser efetivamente utilizados, mas algumas considerações podem ser feitas com relação à sua posição sobre este assunto. Para Skinner, a operação provavelmente mais efetiva para enfraquecer o comportamento inadequado seria a extinção, pois esta, possivelmente, não produziria os subprodutos indesejáveis da punição. Faz-se necessário frisar, no entanto, que o próprio Skinner (1953/2000) ao examinar os efeitos da extinção, pontuou que esta operação produziria reações emocionais denominadas frustração e cólera, além de um “violento comportamento emocional” (Skinner, 1953/2000, p. 77). Desse modo, o procedimento de extinção também pode resultar em reações emocionais consideradas indesejáveis, entretanto, a extinção é parte das alternativas citadas por Skinner, enquanto a punição não é por ele recomendada. Isso porque, apesar de discutir alguns dos subprodutos da extinção, Skinner não equipara tais subprodutos com aqueles produzidos pela punição, destacando em suas análises que apenas os subprodutos produzidos por esta última (punição) seriam considerados indesejáveis.

No campo da educação escolar Skinner (1972/1975) se refere à baixa frequência de reforçadores positivos e, também, a uma programação ineficiente das contingências reforçadoras para justificar as falhas encontradas no sistema educacional. Ele afirma que uma prática comum neste sistema é punir o comportamento indesejável, no entanto, esta técnica se mostra ineficaz na medida em que, por exemplo, não se fortalece o comportamento de escrever corretamente simplesmente punindo o comportamento de

escrever errado. Uma alternativa seria então planejar contingências de reforço positivo mais eficientes. Skinner (1972/1975) cita, por exemplo, o esquema de reforço intermitente na modelagem do comportamento desejável, como uma forma de substituir procedimentos de punição. Esta posição de Skinner se refere à questão de que, uma das principais funções da escola seria a modelagem de novos comportamentos (formação de repertório novo) e para tanto seria necessária a utilização de procedimentos que fortalecessem comportamentos e não o contrário, como é o caso da punição. Assim, para Skinner (1991) “o objetivo é fortalecer o comportamento, não suprimi-lo. Os estímulos aversivos são usados como reforçadores negativos. No entanto, dessa prática resultam os mesmos subprodutos” (p. 121).

Sidman (1989/2003) também examinou algumas alternativas aos procedimentos por ele denominados coercitivos. Ele entende que a única proposta efetiva como alternativa ao uso da punição e do reforço negativo seria usar procedimentos de reforço positivo. Assim como Skinner (1953/2000), Sidman também sugere o uso do reforço positivo para fortalecer comportamentos operantes alternativos, incompatíveis com o comportamento indesejado. Especificamente no campo da educação infantil, Sidman sugere que os pais deveriam sempre substituir a punição por reforço positivo e, dessa forma, as situações puníveis possivelmente diminuiriam. Para este autor, o ideal seria não permitir que o comportamento inadequado ocorresse, reforçando positivamente o comportamento adequado sempre que possível.

É importante destacar que, diferentemente de Skinner (1953/2000), Sidman (1989/2003) não sugere o uso da extinção como uma alternativa à punição porque, para ele, o procedimento de extinção pode não apresentar o efeito esperado. Por exemplo, se os pais ignoram uma resposta inadequada da criança para que esta reduza de frequência, a criança pode variar seu comportamento desde que estes tenham as mesmas conseqüências do comportamento ignorado pelos pais. Desse modo, se o reforçador era a atenção dos pais, a criança tenderá a apresentar qualquer outro comportamento que receba a atenção dos pais. Este autor também ressalta que, em casos nos quais há perigo à integridade física da criança, a punição pode ser usada. Isso argumentando que, sendo ocasional, a punição não traz problemas, desde que predominem no relacionamento entre pais e filhos, o reforço positivo.

Dessa forma, podemos dizer que ambos os autores da área básica recomendam que o reforço positivo seja utilizado, sempre como primeira opção, ao se tentar modificar comportamentos com o foco no fortalecimento de novos comportamentos desejáveis. Contudo, parece não haver um consenso entre eles sobre a recomendação de técnicas de extinção quando o foco é o enfraquecimento de comportamentos indesejáveis.

## Procedimentos de Intervenção não Recomendados por Skinner e por Sidman

### *Procedimentos de Punição*

Skinner e Sidman restringem, ao máximo, a recomendação de procedimentos de intervenção fundamentados em contingências de punição, com o argumento de que estes procedimentos geram subprodutos que interferem tanto no comportamento que se pretende reduzir de frequência, quanto em outros que poderiam ser considerados desejáveis. Por isso, Skinner (1953/2000, 1974, 1971/1977) e Sidman (1989/2003) mostram-se contrários ao uso da punição como prática educativa, apesar da supressão do comportamento inadequado que pode ocorrer com a sua utilização. Além dos subprodutos indesejáveis, eles argumentam que a punição reduz o comportamento de maneira imediata, mas isso não se mantém a longo prazo. Com isso, o procedimento de punição faz com que o indivíduo pare momentaneamente de emitir determinado comportamento, o que reforça o comportamento daquele que pune.

Em linhas gerais, os seguintes subprodutos indesejáveis são utilizados como justificativa, por estes dois autores, para que procedimentos de punição não sejam recomendados: reações emocionais, supressão condicionada, comportamentos de fuga e de esquiva, contra-controle e agressão. Dentre estes, os subprodutos mais discutidos são às reações emocionais e o processo de condicionamento de estímulos neutros (Mazzo, 2007).

Com relação às reações emocionais, pode-se dizer que, concomitante ou posteriormente ao efeito sobre a probabilidade da resposta, os estímulos aversivos podem eliciar reações emocionais que influenciam no comportamento operante em curso, cessando-o ou desorganizando o responder do indivíduo. Assim, o indivíduo pode reagir a uma contingência aversiva de maneira respondente, isto é, a contingência pode produzir reações emocionais que interferem na resposta operante em curso (Skinner, 1953/2000; Millenson, 1967/1975; Sidman, 1989/2003). Para Skinner (1953/2000), quando o comportamento de um indivíduo é submetido ao procedimento de punição positiva, o estímulo punidor elicia respondentes incompatíveis com a resposta punida. Este autor cita como exemplo quando se belisca uma criança na igreja para que a mesma pare de rir. Neste caso, elicia-se respostas incompatíveis com o riso da criança, suprimindo o responder (riso) indesejável naquela situação específica.

Outro subproduto do controle aversivo muito debatido tanto por Skinner (1953/2000) quanto por Sidman (1989/2003) é o condicionamento de estímulos neutros. Neste caso, certos estímulos (que não têm função de estímulos aversivos), quando emparelhados à estimulação aversiva, podem passar a exercer a função de estímulos aversivos condicionados. Sidman (1989/2003) é enfático ao afirmar que o condicionamento de estímulos aversivos é indesejável já que, segundo este autor, quando nos deparamos com estimulação aversiva generalizada, o comportamento mais provável é o de responder tão pouco quanto possível ou permanecer imóvel. No entanto, cabe ressaltar a importância para a sobrevivência humana das respostas de fuga e de esquiva. Segundo Skinner (1984) respostas que garantem, principalmente, a integridade física (remoção de frio e de calor intenso, barulho, etc.) do indivíduo foram selecionadas no processo de evolução do comportamento. Sidman (1989/2003) também lembra que respostas de fuga e de esquiva nos ajudam a sobreviver já que evitam o contato com a estimulação aversiva perigosa para a nossa sobrevivência. No entanto, este autor ressalta que a estimulação aversiva freqüente e intensa gera padrões de fuga e de esquiva generalizados que dificultam a interação do indivíduo com o ambiente. Assim, Sidman (1989/2003) afirma que: “Reforçamento negativo, então, particularmente se intenso e contínuo, pode restringir estreitamente nossos interesses, até mesmo causando uma espécie de ‘visão de túnel’ que nos impede de atentar para qualquer coisa, exceto o estresse a que estamos, no momento, submetidos” (p.109). Dessa forma, para Sidman, contingências aversivas generalizadas resultam em um repertório comportamental restrito, em que o indivíduo torna-se temeroso de explorar o ambiente e entrar em contato com reforçadores positivos. Para este autor, apesar das pessoas poderem aprender por meio da esquiva, elas possivelmente farão apenas o previsível e o pré-estabelecido, sem explorar novas oportunidades.

Com relação aos procedimentos de intervenção punitivos, Sidman (1989/2003) faz restrições a um procedimento utilizado na educação, o denominado *time-out*. Esta operação é muitas vezes examinada como uma forma de punição negativa já que pode ser descrita como um tempo em que os reforçadores positivos disponíveis são suspensos (Todorov, 2001). No caso de uma criança que grita com os amigos enquanto brinca, por exemplo, a criança poderia ser retirada da situação (potencialmente reforçadora para ela) e ser deixada por um período de tempo onde tivesse pouca estimulação (o que tenderia a ser aversivo para a criança). Neste caso, se a freqüência de gritar enquanto brinca diminuísse, poderíamos inferir que esta resposta foi punida. Dessa forma, o *time-out* poderia incluir tanto a punição negativa (retirada de reforçadores positivos disponíveis - brincar com os amigos)

quanto a punição positiva (apresentação de reforçadores negativos – colocar a criança em um ambiente com pouca estimulação, possivelmente aversivo para ela).

Sidman (1989/2003) afirma que o uso do *time-out* não pode ser justificado apenas porque não inflige dor, este autor afirma que: “a retirada de reforçamento positivo é tão coercitiva quanto a aplicação de um choque, mas já que o *time-out* não inflige dor é freqüentemente justificado como uma punição benigna” (p.259). Em substituição ao *time-out* Sidman sugere estabelecer uma oportunidade para a criança se comportar de maneira adequada e então, reforçar este comportamento positivamente.

Dessa forma, pode-se dizer que, de maneira geral, esses dois autores da área básica não recomendam procedimentos de intervenção fundamentados em contingências de punição, por três motivos principais: primeiro, porque eles não são eficazes na modelagem de comportamentos adequados; segundo, porque a resposta inadequada deixa de ser apresentada apenas por certo tempo e, terceiro, porque procedimentos de punição produzem subprodutos emocionais indesejáveis que interferem no comportamento operante em curso e dificultam a aprendizagem de novos comportamentos.

### *Procedimentos de Reforço Negativo*

Skinner e Sidman também restringem certos procedimentos de intervenção fundamentados na contingência de reforço negativo, alegando que o procedimento pelo qual o comportamento é fortalecido pela retirada de um estímulo aversivo pode resultar nos mesmos subprodutos indesejáveis, citados anteriormente no caso da punição. Estes autores explicam que, antes de o comportamento ser fortalecido com a retirada de reforçadores negativos é necessária a apresentação destes estímulos, o que eliciaria então os mesmos efeitos emocionais da punição. Sidman (1989/2003) afirma que “o choque tem que ocorrer antes que possamos desligá-lo. O que estávamos fazendo quando o choque apareceu? O que quer que seja é menos provável que repitamos este ato no futuro, ainda que ele não tenha realmente trazido o choque” (p.111)

Além disso, há também o risco do estabelecimento de padrões de fuga e de esquiva, inadequados, que se fortalecem por reduzirem ou evitarem o contato do indivíduo com a estimulação aversiva persistente. Neste sentido, se uma criança emite um comportamento inadequado e tem sua resposta conseqüenciada por estímulos aversivos, ela

pode se esquivar da estimulação aversiva emitindo outros comportamentos igualmente inadequados (mentir ou se esconder, por exemplo). Assim, além de fortalecer comportamentos igualmente inadequados, pode diminuir a probabilidade de a criança entrar em contato com fontes de reforçadores positivos e fortalecer comportamentos apropriados. Esta posição de Sidman (1989/2003) é também enfatizada por Weber, Viezzer & Brandenburg (2004).

Do exposto, pode-se dizer que, nas análises referentes à recomendação de procedimentos de intervenção, Skinner (1971/1977, 1972/1975, 1953/2000) e Sidman, (1989/2003, 2006), enfatizam os subprodutos indesejáveis do controle aversivo e restringem ao máximo a recomendação de procedimentos fundamentados neste tipo de controle, tendo em conta os prejuízos que seu uso pode causar ao indivíduo e ao grupo. Nota-se que ambos são mais enfáticos em relação às restrições à punição, pois seus subprodutos tendem a ser mais severos quando comparados aos do reforço negativo. Contudo, as posições destes autores, relativas aos efeitos produzidos pelo controle aversivo, têm sido criticadas em alguns aspectos por diversos autores (Michael, 1975; Balsan & Bondy, 1983; Himeline, 1984; Todorov, 2001; Lerman & Vorndran, 2002; Vollmer, 2002; Perone, 2003; Mallot, 2004; Mazzo, 2007). Muitas destas críticas são dirigidas à parcialidade de suas posições que consideram apenas os efeitos indesejáveis do controle aversivo o que justificaria sua restrição na área aplicada. Verifica-se então uma divergência entre as posições dos diferentes autores: por um lado há as posições de Skinner e de Sidman que não recomendam procedimentos aversivos e, por outro lado, há autores que questionam tal posição considerando que o controle aversivo poderia ser utilizado de maneira efetiva, em circunstâncias específicas, na área aplicada. Considerando-se, então, que a área de orientação para pais é uma das mais preocupadas com a recomendação de procedimentos de intervenção comportamental, questiona-se neste estudo: Que divergências poderiam ser encontradas entre as posições de Skinner e de Sidman e as posições defendidas nos livros de orientação para pais mais utilizados por psicoterapeutas inafantis, quanto à recomendação de procedimentos aversivos de intervenção?

## PROBLEMA DE PESQUISA

Nas análises das recomendações de procedimentos de intervenção recomendados por Sidman (1989/2003) e por Skinner (1971/1977, 1972/1975, 1953/2000), verifica-se que eles fundamentam-se nos subprodutos indesejáveis do controle aversivo para contra indicar a utilização de procedimentos aversivos em contextos como a educação, por exemplo. Entretanto, certos autores (Michael, 1975; Balsan & Bondy, 1983; Hineline, 1984; Todorov, 2001; Lerman & Vorndran, 2002; Vollmer, 2002; Perone, 2003; Mallot, 2004; Mazzo, 2007) apresentam algumas discordâncias às posições de Skinner e de Sidman quanto à restrição de procedimentos aversivos, por seus subprodutos indesejáveis. Isto, argumentando que há certas variáveis (programação de contingências aversivas, intensidade e frequência de apresentação de estímulos aversivos, por exemplo) pouco discutidas por Skinner e Sidman que tornam algumas das posições destes dois autores, por vezes, questionáveis. Para Silva (2002), a restrição completa de técnicas de controle aversivo é algo impossível de se conseguir. Há, por exemplo, certas técnicas (evocar respostas emocionais no procedimento de “aceitação”, bloqueio de comportamentos clinicamente relevantes, dentre outras) da Psicoterapia Analítico Funcional (Kohlenberg & Tsai, 2001) que estão fundamentadas em contingências aversivas. Outro exemplo é a técnica de dessensibilização sistemática, fundamentada nos princípios de condicionamento clássico. Esta técnica implica em uma aproximação graduada à estimulação aversiva, reduzindo assim reações de ansiedade (Turner, 2002). Além disso, assim como argumenta Todorov (2001), procedimentos aversivos são largamente utilizados na vida cotidiana, de maneira efetiva.

Ainda, alguns autores (Canaan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Guilhardi, 2002; Lerman & Vorndran, 2002; Weber, Viezzer & Brandenburg 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005) ao tratar da Análise Comportamental Aplicada, especialmente da psicoterapia infantil, recomendam alguns procedimentos fundamentados em contingências aversivas para se lidar, por exemplo, com comportamentos que possam causar prejuízos para o indivíduo e promover comportamentos que melhorem o seu convívio em sociedade.

Frente às controvérsias acima, pretende-se, neste estudo, responder a seguinte questão: Quais as principais divergências quanto aos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por Skinner e Sidman e pelos livros de orientação para pais mais indicados por psicoterapeutas comportamentais infantis?

## **OBJETIVOS**

São dois os objetivos deste estudo:

Primeiro, identificar quais procedimentos de intervenção aversivos são recomendados e quais não o são, nos livros de orientação para pais mais indicados por psicoterapeutas comportamentais infantis.

Segundo, comparar as recomendações de Skinner e de Sidman com as recomendações dos livros de orientação para pais mais indicados por psicoterapeutas comportamentais, quanto ao uso de procedimentos aversivos de intervenção comportamental.

Com esses objetivos, de modo geral, pretende-se comparar as posições de Skinner e de Sidman e de psicoterapeutas comportamentais infantis quanto à recomendação de procedimentos aversivos de intervenção.

## **DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

O estudo foi dividido em dois passos principais: 1) Levantamento dos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por Skinner e por Sidman e 2) Levantamento dos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por autores dos livros de orientação para pais.

### **PASSO 1: LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS POR SKINNER E POR SIDMAN**

Neste Passo foi realizado um levantamento, junto à bibliografia da área básica em Análise do Comportamento, relativo às posições dos autores que discutem a respeito da recomendação de procedimentos aversivos de intervenção.

Da área básica foram escolhidos para análise Skinner e Sidman (como seu seguidor) pela importância das análises destes autores no que se refere à teoria e aplicação da Análise do Comportamento. Entende-se neste estudo que, principalmente Skinner e Sidman

(com o livro “Coerção e suas implicações”) fundamentam a grande maioria das análises dos Analistas do comportamento que lidam com orientação para pais.

### Seleção e Análise dos Textos

Foram analisados os textos de Skinner que tivessem seus títulos relacionados com o tema “Controle Aversivo” ou “Punição”. Com esse critério foram selecionados 14 textos para análise, todos eles capítulos de livros de Skinner. O livro “Coerção e suas implicações”, de Sidman, foi escolhido por ser a sua principal obra dedicada aos profissionais de áreas aplicadas, entre elas, a educação e a psicoterapia.

Foram verificados, nestes textos, os procedimentos de intervenção recomendados e os não recomendados pelos dois autores. Os dados obtidos neste Passo do estudo estão organizados na Tabela 1, apresentada na próxima seção (em Resultados).

### PASSO 2 - LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS NOS LIVROS DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS MAIS INDICADOS POR PSICOTERAPEUTAS COMPORTAMENTAIS INFANTIS

Foram selecionados para análise os livros de orientação para pais mais recomendados por 32 psicoterapeutas comportamentais infantis. Para tanto, foram consultados 50 psicoterapeutas, com no mínimo 5 anos de experiência, dos quais 32 responderam a um questionário. Cada psicoterapeuta poderia optar por mais de um livro em suas indicações, dentre as 12 opções de livros relacionados na lista enviada (Apêndice B). Além disso, os psicoterapeutas tinham a opção de indicar outros livros diferentes daqueles sugeridos na lista.

Os livros mais indicados foram: “Pais presentes, pais ausentes: regras e limites”(Gomide, 2004) com 22 indicações; “Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança” (Canaan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002) com 21 indicações; “Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar” (Faber & Mazlish, 2003) com 20 indicações e “Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites” (Weber, 2005) com 20 indicações.

Os quatro livros de orientação para pais mais indicados foram selecionados para análise. Os dados retirados de cada livro foram os procedimentos de intervenção recomendados e os não recomendados além dos argumentos que justificavam a posição dos seus autores. Os dados obtidos neste Passo do estudo estão organizados na Tabela 2, apresentada na próxima seção (em Resultados).

## RESULTADOS

Os procedimentos de intervenção recomendados e os não recomendados por Skinner e por Sidman estão organizados na Tabela 1, os relativos aos livros de orientação para pais, encontram-se na Tabela 2.

**Tabela 1** – Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por Skinner e por Sidman.

	<b>B.F. Skinner</b>	<b>M. Sidman</b>
<b>Procedimentos de intervenção recomendados</b>	Manejo da condição antecedente; Reforço positivo; Extinção.	Reforço positivo
<b>Procedimentos de intervenção não recomendados</b>	Punição positiva; Punição negativa.	Punição positiva; Punição negativa; Reforço negativo; Extinção; <i>Time-out</i>

Na Tabela 1 é possível identificar que Skinner recomenda como procedimentos de intervenção: a) Reforço positivo, b) Manejo da condição antecedente e c) Extinção. Cabe destacar que o único procedimento de intervenção recomendado por Sidman é o reforço positivo.

a) *reforço positivo* - Este procedimento consiste em consequenciar com estímulos reforçadores positivos o comportamento que se deseja fortalecer aumentando, assim, a frequência do responder que produziu ou

que foi seguido por tais estímulos reforçadores. Skinner e Sidman argumentam que, com esse procedimento, pode-se aumentar a frequência de comportamentos esperados sem gerar os efeitos indesejáveis que surgem com a utilização de procedimentos aversivos (vide exemplos da posição destes autores nas páginas 11, 12 e 13).

b) *manejo da condição antecedente* – Este procedimento consiste em estabelecer uma condição para que a criança emita um comportamento desejável no lugar de punir comportamentos indesejáveis. Já que a alteração de variáveis ambientais (antecedentes e consequentes) modifica a relação indivíduo-ambiente e, conseqüentemente, padrões comportamentais, Skinner (1953/2000) argumenta que é possível alterar variáveis antecedentes favorecendo comportamentos desejáveis e, de modo complementar, fortalecer esses comportamentos com o uso consistente de reforço positivo.

c) *extinção* - Este procedimento consiste em suspender a apresentação de reforçadores positivos para o responder do indivíduo (vide posição de Skinner nas páginas 11 e 12).

Verifica-se, ainda, na Tabela 1 que tanto Skinner quanto Sidman não recomendam nem a punição positiva, nem a negativa (vide descrição nas páginas 7 e 8) como procedimento de intervenção. Sidman restringe ainda a recomendação do *Time-out* (vide descrição páginas 16 e 17), da extinção (vide posição do autor na página 13) e do reforço negativo (vide descrição página 7).

Na Tabela 2, abaixo, é possível identificar os procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados nos quatro livros de orientação para pais examinados.

Livro 1: Pais presentes, pais ausentes: regras e limites

Livro 2: Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança

Livro 3: Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar

Livro 4: Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites

**Tabela 2** – Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados nos livros de orientação para pais.

	<b>Livro 1</b>	<b>Livro 2</b>	<b>Livro 3</b>	<b>Livro 4</b>
<b>Procedimentos recomendados</b>	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo.	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Extinção; <i>Time-out</i> ; Reforço positivo.	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo;	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo; <i>Time-out</i> ; Extinção.
<b>Procedimentos não recomendados</b>	Punição positiva (especialmente a física); Ameaça de punição.	Punição positiva (especialmente a física)	Punição positiva (especialmente a física)	Punição positiva (especialmente a física)

É importante destacar que apenas um dos livros (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002) consultados utiliza a linguagem técnica da área básica ao se referir aos procedimentos de intervenção. Assim, os procedimentos aqui descritos foram assim denominados pela autora do presente estudo de acordo com a sua equivalência com as definições de procedimentos da área básica.

Pode-se constatar que os livros de orientação para pais consultados recomendam, especialmente, os seguintes procedimentos de intervenção: a) Reforço positivo do comportamento adequado, b) ignorar o comportamento inadequado (extinção), c) Seguimento de regras conjugado com punição negativa e d) *Time-out*.

a) *Reforço positivo do comportamento adequado* – Sobre este procedimento, autores (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005) dos livros de orientação para pais destacam a importância de consequenciar o comportamento da criança com elogios (especialmente descritivos) e demonstração de aprovação. A apresentação de reforçadores sociais (elogios, abraços, carinho, sorriso) e elogios descritivos (aqueles que especificam qual o comportamento esperado) tendem a aumentar a probabilidade de comportamentos específicos e adequados. O elogio descritivo faz com que a criança passe a discriminar melhor quais são os

comportamentos esperados pelos pais. Além disso, atividades reforçadoras também são uma maneira de valorizar o comportamento adequado da criança, ou seja, permitir que a criança faça alguma atividade que goste. Reforços materiais também são recomendados, mas devem ser utilizados por um período curto de tempo e esporadicamente.

- b) *Ignorar comportamentos inadequados* – Este procedimento consiste em ignorar os comportamentos inadequados da criança até o momento em que o comportamento entre em extinção. Este procedimento é recomendado quando, após uma análise, percebe-se que certos comportamentos são fortalecidos com a atenção dos pais. Desta forma, os livros recomendam o procedimento de extinção (ou ignorar seletivo), mas alertam que este não é um procedimento que pode ser usado com qualquer comportamento, ou seja, deve-se ter certeza que o comportamento está sendo mantido pela atenção dos pais e que o procedimento de extinção não colocará a criança em risco (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005).
- c) *Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa* - Este procedimento pode ser entendido como uma contingência estabelecida pelos pais em que o não seguimento da condição resulta na retirada de privilégios (estímulos que funcionam como reforçadores positivos) (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005). É importante ressaltar que os livros de orientação para pais não utilizam terminologia técnica, então o procedimento que envolve a “perda de privilégios” ou de estímulos com função de reforçadores positivos como consequência para o não seguimento de uma regra, foi denominado, aqui, punição negativa.

As regras são descritas nos livros como “dicas” ambientais que orientam os comportamentos dos indivíduos, pois indicam uma relação de contingência “se-então”, em uma determinada situação, sugerindo assim um comportamento específico (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005). Destaca-se que, neste estudo, a utilização de regras e consequências lógicas para o seu não seguimento, amplamente citadas nos livros de orientação para pais foi interpretada como um procedimento de punição negativa, como será detalhado posteriormente.

Para que as regras sejam respeitadas, sugere-se nos livros de orientação para pais que haja a apresentação de conseqüências reforçadoras positivas para o seguimento da regra e retirada de reforçadores positivos para o não seguimento. Assim, as crianças irão relacionar o comportamento inadequado com a conseqüência para o não seguimento da regra e então, para se esquivar ou fugir da punição, mudam o comportamento indesejável. Então, os educadores devem estabelecer uma regra lógica (conseqüência que esteja relacionada com o comportamento indesejável) e explicá-la para a criança, ou seja, se não cumprir a regra a criança saberá qual será a conseqüência (Gomide, 2004; Weber, 2005).

Verifica-se que apesar dos autores dos livros de orientação para pais não utilizarem linguagem técnica, eles sugerem a retirada de reforçadores positivos contingente ao comportamento inadequado, como uma forma de punição negativa (vide descrição na página 7). Por exemplo, se a criança mentir sobre suas notas na escola, ficará uma semana sem vídeo game ou não poderá sair para brincar com os amigos em um final de semana. Este procedimento pode ser descrito como uma condição na qual se a criança apresentar um comportamento inadequado (mentir) então terá como conseqüência a retirada de possíveis reforçadores positivos (brincar com os amigos ou jogar vídeo game) – punição negativa. Com isso, espera-se que o comportamento de mentir diminua de freqüência (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Gomide, 2004; Weber, 2005).

*d) Time-out* - Vide descrição deste procedimento nas páginas 16 e 17.

Pode-se verificar também, na Tabela 2, que os livros consultados não recomendam a punição positiva, de um modo geral, e são totalmente contrários à punição física, não recomendando esta última sob hipótese alguma. A ameaça de punição também não é recomendada em um dos livros de orientação para pais.

A punição física pode ser definida como aquela aplicada em qualquer parte do corpo do indivíduo e de qualquer tipo (Weber, Viezer & Brandenburg, 2004). Já a ameaça de punição é definida como um “sinal” de punição que dificilmente será efetivamente aplicada pelos pais. Por exemplo, quando os pais estabelecem uma punição severa (nunca mais ver televisão, não viajar com os pais nas férias, dentre outras) para um comportamento inadequado da criança e que dificilmente será executada pelos pais (Gomide, 2004).

Os dados obtidos podem ser comparados na Tabela 3, abaixo, onde se vê os procedimentos de intervenção que são recomendados e aqueles que não o são pelos dois autores da área básica e pelos autores dos livros selecionados, considerados em conjunto. Isso

quer dizer que serão analisados na Tabela 3 as posições da área básica e da área aplicada no seu conjunto, sem as especificidades de cada autor. Nesta tabela é possível verificar algumas convergências e divergências entre os autores das duas áreas.

**Tabela 3** – Comparação entre os procedimentos recomendados e os procedimentos não recomendados pelos autores da área básica e pelos livros da área aplicada.

	<b>Autores da área básica*</b>	<b>Livros da área aplicada**</b>	<b>Autores da área básica e livros da área aplicada</b>
<b>Procedimentos de intervenção que são recomendados</b>	Manejo da condição antecedente; Reforço positivo; Extinção.	Punição negativa;*** Reforço positivo; Manejo da condição antecedente; Extinção; <i>Time-out</i> .***	Reforço positivo; Manejo da condição antecedente; Extinção.
<b>Procedimentos de intervenção que não são recomendados</b>	<i>Time-out</i> ;*** Punição positiva; Punição*** negativa	Ameaça de punição; Punição positiva (especialmente a física).	Punição positiva (especialmente a física).

\* B. F. Skinner e M. Sidman.

\*\* Livros de orientação para pais selecionados neste estudo.

\*\*\* Os itens em destaque (com três asteriscos) representam as principais divergências entre as posições dos autores da área básica e dos livros selecionados.

Verifica-se na Tabela 3 que os procedimentos de *time-out* e de punição negativa não são recomendados apenas pelos autores da área básica. Além disso, os procedimentos de reforço positivo são recomendados tanto por autores da área básica quanto por autores da área aplicada.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção foi subdividida em três tópicos principais de análise: 1) Distinções entre as posições de Skinner e de Sidman com relação à recomendação de procedimentos de

intervenção, 2) distinções entre as recomendações dos 4 livros de orientação para pais consultados e 3) divergências entre as posições de Skinner e de Sidman e dos livros de orientação para pais mais recomendados por psicoterapeutas comportamentais infantis.

#### DISTINÇÕES ENTRE AS POSIÇÕES DE SKINNER E DE SIDMAN COM RELAÇÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL

Pode-se dizer que, em linhas gerais, tanto Skinner quanto Sidman enfatizam a restrição de procedimentos aversivos por seus subprodutos indesejáveis. Entretanto, com relação aos procedimentos que poderiam ser utilizados como alternativas ao controle aversivo verifica-se que apenas Skinner (1953/2000) recomenda o procedimento de extinção para o manejo de comportamentos que se deseja diminuir de frequência. Para Sidman, a única alternativa para solucionar os problemas encontrados com o uso do controle aversivo seria o uso de procedimentos de reforçamento positivo. Assim, Sidman (1989/2003) mostra-se contrário à utilização da extinção e afirma que este procedimento poderia ser utilizado apenas quando outros não tivessem o efeito esperado.

Com relação às contingências de punição, tanto Skinner quanto Sidman restringem, de modo geral, as recomendações de procedimentos fundamentados nestas contingências, pelos prejuízos que podem produzir para o indivíduo e para o grupo. Cabe ressaltar que Sidman (1989/2003) mostra-se mais restritivo quanto ao uso do controle aversivo quando comparado a Skinner. Conforme Sidman, o controle aversivo, quando utilizado em intervenções, nunca é benéfico e ainda que fosse possível encontrar alguma vantagem para o seu uso, os prejuízos (subprodutos indesejáveis) cancelariam seus benefícios.

As divergências entre as posições de Skinner e de Sidman com relação à recomendação de procedimentos aversivos pode ser verificada quando Sidman (1989/2003) afirma que padrões de esquiva generalizados dificultam a interação do indivíduo com o ambiente, restringindo a variedade de respostas que poderiam ser apresentadas em uma situação aversiva. Sidman ressalta que a contingência de reforçamento negativo não amplia o repertório do indivíduo como o faz o reforçamento positivo já que ensina apenas as respostas necessárias para eliminar ou evitar o contato com a estimulação aversiva. Esta posição de Sidman fica clara na asserção abaixo:

A contingência positiva deixa o animal em posição para tirar vantagem de outros reforçadores que podem se tornar disponíveis e de novas oportunidades para aprender que possam surgir.

Por outro lado, a contingência de reforçamento negativo, que coage o animal a pressionar a barra para desligar choques, torna-o incapaz de relaxar a vigilância. Em posição de não fazer e de não aprender qualquer outra coisa, ele leva o que podemos chamar de uma 'vida de quieto desespero', seu único critério de sucesso sendo sua efetividade em reduzir a quantidade de choques que ele toma (Sidman, 1989/2003, p. 109).

No entanto, Skinner (1972/1975, 1966/1969) argumenta que contingências de reforçamento negativo podem contribuir para o estabelecimento de comportamentos desejáveis tais como o de seguir regras. Skinner afirma que o comportamento de seguir regras restringe o contato do indivíduo com eventos danosos (contingências punitivas), sendo assim este comportamento seria reforçado negativamente. Para este autor o comportamento de seguir regras foi selecionado por ser útil em sinalizar para o indivíduo as possibilidades de seu comportamento ser reforçado ou punido em uma determinada situação, o que tornaria a interação do indivíduo mais eficiente já que evitaria o contato direto com contingências aversivas.

Dessa forma, podemos afirmar que com relação aos procedimentos aversivos, tanto Skinner quanto Sidman mostram-se contrários à recomendação de procedimentos de punição. No entanto, nos argumentos relacionados aos procedimentos de reforçamento negativo, Skinner mostra-se menos restritivo, se comparado a Sidman, já que considera que certos comportamentos desejáveis poderiam ser estabelecidos com a exposição do indivíduo à contingência de reforçamento negativo. Também não há consenso entre os dois autores com relação à recomendação de procedimentos que poderiam ser utilizados como substitutos ao controle aversivo. Skinner (1953/2000) recomenda tanto a utilização de procedimentos de reforçamento positivo quanto de extinção. No entanto, Sidman (1989/2003) afirma que apenas o reforçamento positivo poderia ser utilizado como substituto ao controle aversivo.

#### DISTINÇÕES ENTRE AS RECOMENDAÇÕES DOS 4 LIVROS DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS MAIS RECOMENDADOS

Os quatro livros de orientação para pais consultados recomendam como procedimento de intervenção o estabelecimento de regras conjugado com a punição negativa, bem como o uso do reforçamento positivo. Dois dos livros (Livros 2 e 4) recomendam, ainda,

o uso do *time-out* e da extinção para lidar com comportamentos indesejáveis. Além disso, um dos livros (Livro 1) ressalta que a ameaça de punição pode ter efeitos indesejáveis parecidos com aqueles observados com o uso efetivo da punição.

Com relação à utilização do reforço positivo, os quatro livros consultados afirmam que há demonstração empírica de que a maioria das crianças que crescem em lares onde são valorizadas tem maior probabilidade de sentirem-se bem a respeito de si mesmas e mais chances de funcionarem melhor no mundo, assim, elas tendem a desenvolver comportamentos de auto-estima e de auto-confiança (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005). Os quatro livros seguem, portanto, as mesmas posições de Skinner e de Sidman com relação à utilização deste procedimento de intervenção. Além disso, é importante considerar que alguns autores (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Weber, 2005) dos livros de orientação para pais apontam que, deve-se tomar alguns cuidados para que o reforço positivo tenha os resultados esperados. Por exemplo, verificar quais comportamentos pretende-se aumentar de frequência e modelar o comportamento adequado. Estes autores também consideram que é importante avaliar a utilização inadequada do reforço positivo (reforçar comportamentos indesejáveis ou reforçar todos os comportamentos sem uma análise prévia daqueles que realmente deveriam aumentar de frequência), pois seu uso indiscriminado pode resultar em comportamentos indesejáveis como a baixa tolerância à frustração ou em uma criança “sem limites”, por exemplo.

Ao tratar da utilização das regras, conjugada com a punição negativa, os livros consideram que o seguimento de regras está relacionado com a necessidade dos educadores estabelecerem limites para a criança. Neste sentido, pode-se dizer que estabelecer limites é ensinar à criança quais comportamentos são aceitos e apropriados e quais não o são, dentro de uma determinada família e sociedade. Além disso, quando não se estabelece limites para o comportamento da criança, torna-se difícil fazer com que a mesma siga instruções ou conselhos, o que dificulta a adaptação social da criança (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005). É importante ressaltar que o estabelecimento de regras está relacionado, nos livros, à retirada de reforçadores positivos para o não seguimento das mesmas. Ainda, os livros sugerem que a utilização de procedimentos aversivos é mais efetiva quando combinada com a utilização de reforçamento positivo.

Ao considerar os procedimentos de punição positiva, os quatro livros consultados ressaltam que a punição, de modo geral, é considerada indesejável. No entanto, os livros especificam apenas que a punição física ou corporal é totalmente restrita em suas

recomendações, tanto por seus efeitos de ordem emocional, quanto por critérios éticos, já que existem sanções para as pessoas que agredem fisicamente os outros. Os principais argumentos utilizados pelos autores (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005) para restringir o uso da punição (especialmente a física) são: a) a punição produz efeitos emocionais tais como raiva e medo, podendo inclusive produzir comportamentos reflexos como suor e batimentos cardíacos acelerados, que influenciam no comportamento operante em curso; b) pode-se eliminar outros comportamentos desejáveis semelhantes ou que ocorrem paralelamente ao que se pretende diminuir de frequência, c) aquele que pune torna-se ele mesmo um estímulo punitivo e d) de um modo geral, a punição não é eficiente como um procedimento de eliminar comportamentos inadequados. Isso porque, quando alguém é punido, a pessoa pára apenas momentaneamente de se comportar daquela forma e, com o tempo, a punição deixa até de ter este efeito temporário. Isto é, se as consequências naturais do comportamento punido forem muito agradáveis ou recompensadoras os efeitos temporários da punição são ainda menores.

Entretanto, um dos livros (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002) de orientação para pais destaca que a punição (especialmente a negativa) pode ser uma opção quando: a) O comportamento indesejável é muito frequente, b) existe perigo para a criança ou outras pessoas e c) quando não foi possível reduzir o comportamento indesejável com outros procedimentos não aversivos. Este livro considera que a punição pode ser uma alternativa para diminuir a frequência de comportamentos indesejáveis, podendo inclusive ser utilizada de maneira efetiva quando combinada com o reforçamento positivo de comportamentos operantes incompatíveis. Cabe ressaltar também que, muitas vezes, a combinação de procedimentos é mais efetiva quando comparada à utilização isolada de apenas um deles. Há pesquisas da área básica que apontam que a punição pode ser efetivamente utilizada, sem efeitos colaterais graves e a favor do indivíduo punido, quando combinada com esquemas de reforçamento positivo (Lerman & Vorndran, 2002).

Além disso, apenas um dos livros consultados destaca em seus argumentos que a ameaça de punição produziria efeitos indesejáveis semelhantes à utilização da punição (Gomide, 2004). Com relação à coerção, Sidman (1989/2003) afirma que: “O significado comum de ‘comporte-se’ é ‘faça o que eu quero que você faça’. Coação, punição – ameaça de punição ou de perda ou verbalizações sobre o que temos que fazer para fugir de, ou evitar punição ou perda – é tecnicamente predominante para nos levar a ‘comportarmos’ ”(pp.33-34). Para ele, tanto a punição quanto a ameaça de punição (ou coerção) tem subprodutos indesejáveis e por isso não devem ser utilizadas como práticas educativas. Dessa forma, a

posição de um dos livros consultados corrobora com os argumentos de Sidman com relação à ameaça de punição.

É importante destacar também que, ao analisar os procedimentos de intervenção que deveriam ser evitados, os livros de orientação para pais analisam algumas alternativas que poderiam ser opções aos procedimentos que produziriam efeitos indesejáveis. Os principais procedimentos recomendados como alternativas à punição são o reforço positivo de comportamentos operantes incompatíveis (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005), a extinção e o *time-out* (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005). Conforme Todorov (2001), o *time-out* (suspensão discriminada da contingência de reforço) pode ser analisado como um procedimento que inclui a punição negativa (retirada da criança de uma situação reforçadora). Dessa forma, dois dos livros examinados apresentam este procedimento aversivo como uma maneira eficaz de lidar com comportamentos indesejáveis, embora não considerem o *time-out* como um procedimento aversivo de intervenção, nem comparem seus efeitos com os da punição, em seus argumentos.

Pode-se dizer então que, de modo geral, os livros de orientação para pais recomendam sempre como primeira opção à utilização do reforço positivo e o seguimento de regras conjugado com a punição negativa. No entanto, apenas um dos livros (Livro 1) consultados ressalta os prejuízos encontrados com o uso da ameaça de punição e dois livros (Livros 2 e 4) recomendam procedimentos de extinção e de *time-out*. A recomendação de procedimentos aversivos também é sugerida em conjunto com o reforçamento positivo. Os quatro livros destacam que a combinação entre procedimentos aversivos e o reforço positivo seria a melhor opção com relação a educação infantil. Para Gomide (2004), “esse poderia ser o grande segredo da educação. O equilíbrio entre aplicar as regras e manter-se afetivo” (p.39).

#### CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE SKINNER E SIDMAN E AS RECOMENDAÇÕES DE PSICOTERAPEUTAS COMPORTAMENTAIS INFANTIS

As principais convergências encontradas entre os livros de orientação para pais mais indicados e os dois autores da área básica referem-se à utilização do reforço positivo e à restrição da punição corporal como prática educativa. São estas as convergências que serão inicialmente discutidas nesta seção. Posteriormente, serão apresentadas também as

divergências entre as posições dos dois autores da área básica e dos livros selecionados (área aplicada), que é foco principal deste estudo. É importante lembrar que, a posição de Skinner e de Sidman, quanto à recomendação do controle aversivo já foi apresentada anteriormente neste estudo.

Pode-se verificar que tanto os livros de orientação para pais quanto Skinner e Sidman recomendam procedimentos de reforço positivo. Skinner e Sidman são enfáticos ao afirmarem que o uso consistente do reforço positivo poderia ser a melhor opção dentre as estratégias disponíveis na área da educação. Para Sidman (1989/2003) a utilização do reforço positivo é o único meio de fortalecer comportamentos desejáveis e de diminuir a frequência de comportamentos indesejáveis, sem os subprodutos produzidos com o uso do controle aversivo. Sidman (1989/2003) reconhece, ainda, que a utilização de afeto e de carinho, além de fortalecer comportamentos desejáveis, também melhora a relação entre educadores e crianças. Skinner (1953/2000, 1972/1975) também considera que uma maneira de substituir a larga utilização do controle aversivo seria a utilização do reforço positivo de um comportamento operante incompatível com o comportamento que se deseja diminuir de frequência. Por exemplo, reforçar positivamente o comportamento de ler corretamente de uma criança no lugar de punir o comportamento de ler errado. Além disso, Skinner (1953/2000) e Sidman (1989/2003) destacam que educadores que utilizam o reforço positivo têm como subproduto desejável crianças mais competentes e autoconfiantes e que interagem melhor com o mundo. Os quatro livros de orientação para pais recomendam procedimentos de reforço positivo e dois dos livros recomendam tanto a utilização do reforço positivo quanto da extinção, o que corrobora, principalmente, com a posição de Skinner com relação à recomendação de procedimentos de intervenção.

Outro ponto de convergência entre as recomendações de Skinner e de Sidman e dos quatro livros de orientação para pais se remete à restrição quanto à utilização da punição corporal. Ambos restringem este tipo de procedimento alertando para os subprodutos indesejáveis que o mesmo pode resultar, tais como reações emocionais perturbadoras e comportamentos de fuga e de esquiva, por exemplo. De um modo geral, tanto os livros de orientação de pais quanto autores da área básica restringem a recomendação de procedimentos de punição, entretanto, estes últimos apresentam uma posição mais restritiva se comparada com autores dos livros de orientação para pais.

Os quatro livros de orientação para pais pressupõem as mesmas orientações de Skinner e de Sidman quanto ao uso da punição corporal. Entretanto, com relação à punição negativa e ao procedimento de *time-out* pode-se verificar divergências entre os livros de

orientação para pais e as análises de Skinner e de Sidman. Enquanto estes últimos restringem, ao máximo, a recomendação de procedimentos de punição (positiva e negativa), autores dos livros de orientação para pais enfatizam que o uso da punição negativa é eficaz para diminuir a frequência de comportamentos indesejáveis. Com relação ao uso do *time-out*, Sidman (1989/2003) não recomenda esse procedimento por seus efeitos indesejáveis (vide páginas 16 e 17), no entanto, alguns autores (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Weber, 2005) dos livros de orientação para pais recomendam este procedimento como uma opção para enfraquecer comportamentos indesejáveis.

Com relação à punição, Skinner (1953/2000) afirma que “A longo prazo, a punição, ao contrário do reforço, funciona com desvantagens tanto para o indivíduo punido quanto para a agência punidora. Os estímulos aversivos necessários geram emoções, incluindo predisposições para fugir ou retrucar, e ansiedades perturbadoras.”(p.199). Nesta asserção fica clara a posição de Skinner apesar dele não especificar se o procedimento envolve punição positiva ou negativa. Para este autor, apesar da punição reduzir, mesmo que temporariamente, o comportamento indesejável, o procedimento gera subprodutos que justificam sua restrição como procedimento de intervenção. Para Sidman (1989/2003) a punição nunca resulta em benefícios já que, apesar de interromper momentaneamente o comportamento indesejável, a mesma tem subprodutos que cancelam qualquer possível benefício com a utilização deste procedimento. Em contrapartida, os quatro livros de orientação para pais examinados (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005) recomendam especialmente o seguimento de regras conjugado com a punição negativa como uma maneira de estabelecer limites para os comportamentos das crianças, ou seja, como uma forma de determinar quais comportamentos são apropriados, quais não o são e as conseqüências disso para a criança.

O estabelecimento de regras, descrevendo para a criança qual a contingência em vigor, conjugado com a punição negativa pode ser entendido como um procedimento em que se estabelece uma regra e a retirada de reforçadores positivos para o seu não seguimento (punição negativa). Por exemplo, os pais estabelecem para a criança que se a mesma sair para brincar no horário estabelecido para fazer as tarefas escolares (a criança geralmente não faz as tarefas escolares para sair para brincar com os amigos e leva as tarefas por fazer para a escola) então esta terá como conseqüência não sair para brincar com os amigos para ter mais tempo para estudar e melhorar seu desempenho acadêmico. Neste caso, o não seguimento da regra estabelecida pela família (fazer as tarefas escolares) resulta na retirada de estímulos que possivelmente funcionam como reforçadores positivos para a criança. Com isso, espera-se que

a criança diminua a frequência de um comportamento indesejável (levar as tarefas por fazer para a escola). O estabelecimento de regras conjugado com a punição negativa também está relacionado nos livros de orientação para pais com o procedimento de “estabelecer limites”. Isto porque, com a utilização de regras e punição negativa para o seu não seguimento, os pais estabelecem quais os comportamentos considerados adequados e quais não o são, dentro daquela família, e as conseqüências para o não seguimento de tais regras. Em outros termos, com este procedimento, a criança parece aprender, além do que se deve fazer, o que não se deve fazer, o que pode ser muito importante quando se pretende ensinar a “respeitar limites”.

Além disso, sugere-se nos livros de orientação para pais que os educadores devem estabelecer regras, mas que certas condições devem ser respeitadas para que a regra contribua para diminuir a frequência do comportamento inadequado. Estas condições incluem que as regras devam ser poucas e passíveis de serem cumpridas. A conseqüência para o não seguimento da regra deve ser aplicada logo após o comportamento inadequado ter ocorrido, e a conseqüência jamais pode estar relacionada à privação de necessidades básicas como comida e água, por exemplo (Gomide, 2004; Weber, 2005).

Assim, verifica-se que os livros de orientação para pais recomendam especialmente a utilização de regras (conjugada com a punição negativa para o seu não seguimento) porque estas produzem não só uma diminuição imediata no comportamento inadequado como também mantém os resultados a longo prazo. Para os autores (Canan-Oliveira, Neves, Silva & Robert, 2002; Faber & Mazlish, 2003; Gomide, 2004; Weber, 2005) dos livros consultados, futuramente a regra estabelecida funcionará como um estímulo discriminativo indicando quais comportamentos são esperados e as conseqüências disso para a criança. Canan-Oliveira, Neves, Silva e Robert (2002) afirmam ainda que as regras são importantes na aprendizagem ética relativa a quais comportamentos são considerados adequados, dentro de uma sociedade, e quais as conseqüências para o indivíduo que segue ou não tais regras.

Para os dois autores da área básica, especialmente para Sidman (1989/2003) o essencial é utilizar procedimentos de reforço positivo para que comportamentos inadequados tenham uma frequência reduzida no ambiente familiar. Tal posição fica clara na asserção abaixo:

Como pais sempre temos que estabelecer limites para nossos filhos e esta necessidade pode facilmente nos jogar na armadilha do controle coercitivo. Mas não precisamos tornar o “Não” um punidor; podemos ensinar nossos filhos a aceitar ambos, “Sim” e “Não”, como um conselho de alguém querido sobre o que funcionará e o que não funcionará, como um auxílio na aprendizagem das regras pelas quais o mundo opera. (Sidman, 1989/2003, p. 125)

Diante disso, pode-se afirmar que tanto os livros de orientação para pais quanto Skinner e Sidman, recomendam a utilização do reforço positivo como procedimentos de intervenção, sempre como primeira opção. Ambos restringem completamente a utilização da punição física, especialmente por seus subprodutos indesejáveis. Além disso, os livros de orientação para pais recomendam, em certas situações, a utilização de procedimentos fundamentados na punição negativa o que não foi observado na literatura da área básica consultada.

Assim, pode-se dizer que certos procedimentos aversivos são recomendados nos livros de orientação para pais. Tais recomendações apontam que, procedimentos aversivos, quando utilizados de maneira apropriada, podem ajudar a diminuir a frequência de comportamentos indesejáveis sem causar prejuízos para o indivíduo e para a relação entre educador e criança. As divergências entre as recomendações de procedimentos de intervenção dos autores da área básica e dos livros da área aplicada apontam que apenas a utilização de reforço positivo e de extinção não é suficiente para lidar com comportamentos que causem prejuízos para o indivíduo e para a sociedade. Parece que os profissionais da área aplicada constataram a necessidade de recomendarem, também, procedimentos aversivos para lidar com comportamentos indesejáveis e promover comportamentos considerados adequados.

A recomendação de procedimentos aversivos de intervenção para tratar de problemas de comportamento tem gerado controvérsias por muitos anos (Lerman & Vorndran, 2002). Muitas dessas controvérsias resultam do entendimento de que procedimentos de punição podem resultar em vantagens (diminuição da frequência de comportamentos indesejáveis) e desvantagens (alguns subprodutos indesejáveis, especialmente de ordem emocional). No entanto, procedimentos de punição, algumas vezes, têm se mostrado necessários para lidar com comportamentos indesejáveis. Dessa forma, pode-se perceber que é preciso ampliar as análises verificadas na área básica, considerando sempre o maior número de variáveis possíveis, especialmente quando se trata de recomendações de procedimentos aversivos de intervenção comportamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo sugere que a análise sobre qualquer tipo de controle comportamental deva ser tão ampla quanto possível, ou seja, deve-se entender e reconhecer a

influencia do maior número de variáveis possível para que se possa construir argumentos consistentes quanto às condições de uso de procedimentos de intervenção pautados em contingências tanto aversivas quanto positivas. Isso quer dizer que não se deve esquecer da contribuição de Skinner e de Sidman, quanto às discussões referentes à não recomendação de procedimentos de intervenção fundamentados no controle aversivo visto os subprodutos indesejáveis deste tipo de controle. Tão pouco deve-se defender o uso indiscriminado de técnicas aversivas.

Com relação à escolha de procedimentos de intervenção que deveriam ou não ser recomendados, há uma tendência influenciada pelas posições de Skinner e de Sidman que mostra-se contrária a utilização de procedimentos aversivos por seus subprodutos indesejáveis. Entretanto, nota-se a emergência de outras posições que consideram que o controle aversivo pode ser utilizado, sob certas condições, para benefício do indivíduo e do grupo e por isso seu uso seria justificado.

É preciso considerar ainda que questões éticas estão envolvidas e que, por isso, a recomendação de procedimentos de intervenção deve levar em conta uma análise ampla dos seus efeitos indesejáveis e desejáveis. Tal análise mostra-se pertinente na medida em que se verifica a necessidade de orientar educadores quanto às estratégias que se mostram mais efetivas não só por seu efeito imediato, mas especialmente pelos benefícios que produz a longo prazo. Apesar da grande contribuição do conhecimento produzido na área básica, o estudo aqui relatado mostra que, na área aplicada, o conhecimento da área básica pode ser testado e reformulado, este parece ser o caso, em especial do uso da punição negativa na educação infantil.

## REFERÊNCIAS

- Baer, D. M.; Wolf, M. M. & Risley, T.R. (1968) Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1, 91-97.
- Balsam, P. D. & Bondy, A. S. (1983) The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 3 (16), 283-296.
- Baron, A. & Galizio, M. (2005) Positive and negative reinforcement: should the distinction be preserved? *The Behavior Analyst*, 28 (1), 85-98.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise a luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-235.
- Canaan-Oliveira, S.; Neves, M. E. C.; Silva, F. M. & Robert, M. A. (2002) *Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança*. Belém: Paka-Tatu.
- Canaan-Oliveira, S. (2003). Dimensão aplicada da Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (2), 349-354.
- Carvalho, M. B., Nt (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(1), p. 13-18.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza [et al.], Trad.). 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Conte, F. C. & Regra, J. A.G. (2000). A psicoterapia comportamental infantil: Novos aspectos. In: Silvaes, E. F. M. (Org). *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil*. (pp. 79-138) Campinas: Papirus.
- Epstein, R. (1996a). Should you punish your child? *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 255-266).
- Epstein, R. (1996b). The positive side effects of reinforcement. *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 247-253).
- Faber, A. & Mazlish, E. (2003) *Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar*. (A. Dayan & E. Wajnryt, Trad.). São Paulo: Summus (Originalmente publicado em 1993).
- Guhl, B. & Fontelle, D.H. (1997) *Pais Perfeitos*. Blumenau: Eko (Originalmente publicado em 1987).
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Guilhardi, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In M.Z.Brandão, F. Conte & S. Mezzaroba, (Orgs.), *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva de transtornos psiquiátricos*. (pp. 63-98) Campinas: Editorial Psy.

Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.

Horner, R. (1990). Ideology, technology, and typical community settings: use of severe aversive stimuli. *American journal on mental retardation*, 95 (2), 166-168.

Iwata, B.A. (2006). On the distinction between positive and negative reinforcement. *The behavior analyst*, 29 (1), 121-123.

Kazdin, A. E. (1975). The impact of applied behavior analysis on diverse areas of research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 8 (2), 213-229.

Kohlenberg, R. J.& Tsai, S. (2001). *Psicoterapia analítica funcional: criando relações intensas e criativas*. Santo André: Esetec. (Originalmente publicado em 1991).

Lerman, D. C. & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment: implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.

Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*, 24, 75-112.

Mazzo, I. M. B. (2007). *Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem de comportamento eficaz*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In: E. Ramp. & G. Semb (Orgs.). *Behavior Analysis: Research and Application*. N.J: Englewood Cliffs. (pp. 33-44).

Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. (A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967).

Nico, Y. C. (2001). *A contribuição de B. F. Skinner para o ensino do autocontrole com objetivo da educação*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Neef, N.A.& Peterson, M. S. (2003). Developmental disabilities: Scientific inquiry and interaction in behavior analysis. In Lattal, K. A.; Chase, P. N. (Ed.). *Behavior theory and philosophy*. New York: Kluwer Academic.

Panetta, P. A. B.; Wang, M. A. L de; Kurokawa, L. V. O. & Banaco, R. A. (2006). A prática do analista do comportamento: contribuições passadas e recentes para a educação. In Guilhardi, H. J & Aguirre, N. C de. (Orgs.) *Sobre o comportamento e cognição, expondo a variabilidade*. (pp.331-344) Santo André: ESETec Editores Associados.

Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1 (1), 1-14.

Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. (R. Azzi; Andery, M.A, Trads.) Campinas: Editorial Psy. (Originalmente publicado em 1989)

Sidman, M. (2006). The distinction between positive and negative reinforcement: some additional considerations. *The behavior analyst*, 29( 1), 135-139

Silva, W. C. M. P. da (2002). O Controle aversivo no contexto terapêutico e suas implicações éticas: manejo ou manipulação. *Anais do XI Encontro da ABPMC*, Londrina, PR, Brasil.

Skinner, B. F. (1969). A operante analysis of the problem resolution. Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis. New York: Appleton-Century-Crofts.(Originalmente publicado em 1966).

Skinner, B. F. (1974). *About Behavior*. New York: Vintage Books.

Skinner, B. F. (1975). *Tecnologia do ensino*. (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972).

Skinner, B. F. (1977). *O mito da liberdade*. (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971).

Skinner, B. F. (1984). The evolution of behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 41 (2), 217-221.

Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Western World? *American Psychologist*, 41, 568-574.

Skinner, B. F. (1991). A escola do futuro. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Originalmente publicado em 1989).

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).

Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1 (1), 37-40.

Turner, M. R. (2002). A dessensibilização sistemática. In Caballo, V. E. (Org). *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. (pp. 167-195) São Paulo: Santos Livraria Editora.

Vollmer, T.R. (2002). Punishment happens: some comments on Lerman and Vorndran`s review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 469-473.

Weber, L. N. D.; Viezer, A. P. & Brandenburg, O. J.(2003). Estilos parentais e desenvolvimento da criança e do adolescente e palmadas e surras: ontem, hoje e amanhã. In Brandão,M. Z. S.; Conte, F. C.; Brandão, F.; Ingberman, Y. K.; Moura, C. B.; Silva, V. M. e Oliane, S. M. (Orgs.). *Sobre o comportamento e cognição, a história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação*. Vol. 11. (pp.499-509) Santo André: ESETec Editores Associados.

Weber, L. (2005) *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. Curitiba: Juruá

Weber, L. N. D.; Viezer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como práticas educativas. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.

White, G.D.; Nielsen, G. & Johnson (1972). Timeout duration and the suppression of deviant behavior in children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 5 (2), 111-120.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - Delineamento Metodológico**

O estudo foi dividido em dois passos principais: 1) Levantamento dos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por B. F. Skinner e M. Sidman e 2) Levantamento dos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados por autores dos livros de orientação para pais.

### **PASSO 1: LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS POR SKINNER E POR SIDMAN**

Neste Passo foi realizado um levantamento, junto à bibliografia da área básica em Análise do Comportamento, relativo às posições dos autores que discutem a respeito da recomendação de procedimentos aversivos de intervenção.

Foram escolhidos como autores representativos da área básica Skinner e Sidman (como seu seguidor) com o livro “Coerção e suas implicações”, uma vez que se verificou serem eles que fundamentam muitas análises de autores de psicoterapia comportamental infantil.

#### *Justificativa para a escolha dos autores*

Skinner e Sidman (como seu seguidor) foram escolhidos neste estudo pela importância das análises destes autores no que se refere à teoria e aplicação da Análise do Comportamento. Entende-se neste estudo que, principalmente Skinner e Sidman (como seu seguidor com o livro “Coerção e suas implicações”) fundamentam a grande maioria das análises dos Analistas do comportamento que lidam com orientação para pais.

#### *Seleção dos textos para análise*

Foram analisados os textos de Skinner que tivessem seus títulos relacionados com o tema “Controle Aversivo” ou “Punição”. Com esse critério foram selecionados 14 textos para análise, todos eles capítulos de livros de Skinner. O livro “Coerção e suas implicações”, de Sidman, foi escolhido por ser a sua principal obra dedicada aos profissionais de áreas aplicadas, entre elas, a educação e a psicoterapia. Foram verificados os textos que respeitassem os seguintes critérios:

a) apresentar descrições operacionais das contingências de reforço negativo e de punição; b) analisar a utilização de procedimentos de intervenção; c) analisar os efeitos desejáveis e indesejáveis da utilização de procedimentos de intervenção; d) examinar os efeitos do controle aversivo e e) apresentarem propostas de intervenção que seriam utilizadas para substituir procedimentos que produzem efeitos indesejáveis.

Desta forma, a partir destes critérios, foram selecionados 15 textos para análise, sendo 14 capítulos de livros de Skinner e o livro “Coerção e suas implicações” de Sidman. Os textos selecionados para análise neste Passo do estudo foram os seguintes:

- 1) Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery, & M. T. Sério, Trans.). Campinas: Editorial Psy II. (Originalmente publicado em 1989).
- 2) Skinner, B. F. (1974). *About Behavior*. New York: Vintage Books.
- 3) Skinner, B. F. (1975). A tecnologia do ensino. *A ciência da aprendizagem e arte de ensinar* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972).
- 4) Skinner, B. F. (1975). A tecnologia do ensino. *O estudante criativo* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972).
- 5) Skinner, B. F. (1975). A tecnologia do ensino. *A motivação do estudante* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972).
- 6) Skinner, B. F. (1975). Por que os professores fracassam. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972).
- 7) Skinner, B. F. (1977). Liberdade. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trans.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971).
- 8) Skinner, B. F. (1977). Punição. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trans.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971).
- 9) Skinner, B. F. (1977). Alternativas à punição. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trans.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971).
- 10) Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Western World? *American Psychologist*, 41, 568-574.
- 11) Skinner, B. F. (1991). O lado operante da terapia comportamental. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989).
- 12) Skinner, B. F. (2000). Comportamento operante. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).

13) Skinner, B. F. (2000). Aversão, evitação e ansiedade. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).

14) Skinner, B. F. (2000). Punição. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).

15) Skinner, B. F. (2000). Autocontrole. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

### *Análise dos textos*

Procurou-se verificar nos textos selecionados os principais procedimentos de intervenção recomendados ou restritos, além da justificativa utilizada pelos dois autores para recomendar ou não procedimentos de intervenção. Assim, os dados coletados nos textos selecionados foram examinados de acordo com duas categorias principais: 1) Procedimentos de intervenção recomendados e 2) Procedimentos de intervenção não recomendados.

Foram examinados nos textos, principalmente, os seguintes tópicos: a) Quais os principais efeitos produzidos por contingências aversivas; b) principais questionamentos levantados pelo autor a respeito do uso do controle aversivo, c) principais efeitos indesejáveis analisados pelo autor; d) quais os procedimentos de intervenção recomendados; e) quais procedimentos não eram recomendados e os argumentos que justificam esta posição e f) quais alternativas sugeridas em substituição aos procedimentos de intervenção fundamentados em contingências que produzem efeitos indesejáveis.

## **PASSO 2 - LEVANTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO RECOMENDADOS E NÃO RECOMENDADOS NOS LIVROS DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS**

O objetivo deste Passo foi realizar um levantamento dos procedimentos de intervenção que são recomendados nos livros de orientação para pais mais indicados por profissionais da área de psicoterapia comportamental infantil e, com isso, detectar possíveis divergências entre as recomendações desses livros e as recomendações de Skinner e de Sidman quanto ao uso de procedimentos aversivos de intervenção.

*Seleção dos livros de orientação para pais mais indicados por profissionais*

Foram utilizadas inicialmente duas fontes de consulta: 1) pesquisa nas editoras que publicam material de Psicologia e 2) pesquisa com psicólogos da área de psicoterapia infantil.

Na primeira seleção, a pesquisadora entrou em contato (via e-mail) com algumas editoras (Gente, Rocco, Fundamento, Juruá, Eko, Summus e Record) que publicam material de Psicologia para verificar com as mesmas quais livros de orientação para pais foram os mais vendidos nos últimos anos. Sabe-se que as editoras dispõem destas informações catalogadas, no entanto, nenhuma das editoras consultadas respondeu à solicitação da pesquisadora e assim, esta fonte de consulta foi desconsiderada.

Na segunda parte da seleção, a pesquisadora entrou em contato (via e-mail) com 50 psicólogos atuantes da área de psicologia infantil, para que os mesmos pudessem relatar quais os principais livros de orientação para pais são os mais utilizados por eles em psicoterapia infantil. Foi solicitado aos profissionais que respondessem a um questionário (Apêndice B). Cada psicoterapeuta poderia optar por mais de um livro em suas indicações, dentre as 12 opções de livros relacionados na lista enviada. Além disso, os psicoterapeutas tinham a opção de indicar outros livros diferentes daqueles sugeridos na lista. Foi solicitado também, a alguns dos profissionais selecionados, que indicassem outros para responder ao questionário enviado.

Foram considerados psicólogos atuantes aqueles que tivessem, no mínimo 5 anos de atuação na área de intervenção em psicoterapia infantil e que fossem razoavelmente conhecidos por freqüentarem os encontros da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC).

Dessa forma, 50 profissionais foram solicitados a responderem ao material, dos quais 32 responderam, sendo que 15 tinham menos de 10 anos de atuação em psicoterapia infantil e os demais profissionais (17), mais de 10 anos. Os dados coletados foram organizados na Tabela 1, abaixo:

**Tabela 1** – Respostas coletadas a partir da consulta realizada com os psicólogos sobre os livros de orientação mais recomendados.

<b>Manual de orientação para pais</b>	<b>Profissionais que indicaram e que tinham mais de 10 anos de atuação</b>	<b>Profissionais que indicaram e que tinham menos de 10 anos de atuação</b>	<b>Total de indicações</b>
Pais Liberados, filhos liberados	5	2	7
<b>Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>
<b>Pais presentes, pais ausentes: regras e limites</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>22</b>
<b>Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>20</b>
Quem controla quem? Pais ou filhos?	2	6	8
Pais Perfeitos	3	4	7
<b>Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>21</b>
A educação pelo bom exemplo	3	1	4
A Criança Problema			00
A Criança Difícil		2	2
O que toda criança deve saber		2	2
O livro das virtudes para crianças	2	3	5

A partir destes dados, 4 livros de orientação para pais foram selecionados para análise nesta pesquisa por terem sido os mais indicados por profissionais que atuassem na área de psicoterapia infantil e que tivessem seu trabalho fundamentado nos princípios da Análise do Comportamento, são eles: “Pais presentes, pais ausentes: regras e limites” (22 indicações); “Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança” (21 indicações); “Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar” (20 indicações) e “Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites” (20 indicações).

O livro “Pais presentes, pais ausentes: regras e limites” recebeu o maior número de indicações em primeiro lugar (15), indicando ser este o livro que apresentou o maior número de indicações como o mais importante em uma ordem decrescente. “Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança” recebeu 7 indicações

em primeiro lugar. “Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites” recebeu 5 indicações e “Como falar para o seu filho ouvir e como ouvir para o seu filho falar” recebeu 3 indicações em primeiro lugar.

### **Levantamento dos procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados nos livros de orientação para pais**

Os quatro livros selecionados foram lidos na íntegra para que fosse possível verificar quais são os procedimentos recomendados, quais procedimentos não são e os argumentos dos autores que justificam seu posicionamento com relação à recomendação dos procedimentos de intervenção.

Os livros de orientação para pais selecionados foram analisados separadamente, a partir de uma ficha prévia de cada livro, de acordo com a Tabela 2, abaixo:

Considerando:

Livro 1: Pais presentes, pais ausentes: regras e limites

Livro 2: Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança

Livro 3: Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar

Livro 4: Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites

**Tabela 2** – Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados nos livros de orientação para pais.

	<b>Livro 1</b>	<b>Livro 2</b>	<b>Livro 3</b>	<b>Livro 4</b>
<b>Procedimentos recomendados</b>	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo.	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Extinção; <i>Time-out</i> ; Reforço positivo.	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo;	Estabelecimento de regras conjugado com punição negativa; Reforço positivo; <i>Time-out</i> ; Extinção.
<b>Procedimentos não recomendados</b>	Punição positiva (especialmente a física); Ameaça de punição.	Punição positiva (especialmente a física)	Punição positiva (especialmente a física)	Punição positiva (especialmente a física)

*Análise comparativa entre os procedimentos recomendados e os procedimentos não recomendados por autores da área básica e livros da área aplicada*

Foram comparados os procedimentos de intervenção recomendados por Skinner e Sidman e autores dos livros de orientação para pais. Procurou-se analisar então:

a) Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados apenas por autores da área básica; b) Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados apenas nos livros de orientação para pais e c) Procedimentos de intervenção recomendados e não recomendados tanto por autores da área básica quanto por autores dos livros de orientação para pais.

Os dados referentes às recomendações dos livros de orientação para pais e as recomendações dos dois autores da área básica foram organizados de maneira resumida na Tabela 3, abaixo:

**Tabela 3** – Comparação entre os procedimentos recomendados e os procedimentos não recomendados pelos autores da área básica e pelos autores da área aplicada.

	<b>Autores da área básica*</b>	<b>Livros da área aplicada**</b>	<b>Autores da área básica e livros da área aplicada</b>
<b>Procedimentos de intervenção que são recomendados</b>	Manejo da condição antecedente; Reforço positivo; Extinção.	Punição negativa;*** Reforço positivo; Manejo da condição antecedente; Extinção; <i>Time-out</i> .***	Reforço positivo; Manejo da condição antecedente; Extinção.
<b>Procedimentos de intervenção que não são recomendados</b>	<i>Time-out</i> ;*** Punição positiva; Punição*** negativa	Ameaça de punição; Punição física.	Punição física

\* B. F. Skinner e M. Sidman.

\*\* Autores dos livros de orientação para pais selecionados neste estudo.

\*\*\* Os itens em destaque (com três asteriscos) representam as principais divergências entre as posições dos autores da área básica e dos livros selecionados.

Com as análises conduzidas no estudo aqui descrito, espera-se contribuir para esclarecer alguns pontos pouco explorados com relação à recomendação de procedimentos de intervenção, especialmente no campo da educação e da psicoterapia infantil.

**APÊNDICE B - Questionário enviado aos psicólogos para consulta sobre os manuais de orientação para pais mais indicados**

<b>1) Nome completo:</b>
<b>2) Anos de experiência de atuação em psicologia clínica infantil:</b>
( ) Até 5 anos                      ( ) Entre 5-10 anos                      ( ) Mais de 10 anos
<b>3) Seu trabalho é fundamentado nos princípios da Análise do Comportamento:</b> ( ) Sim                      ( ) Não
<b>4) Gostaríamos que nos auxiliasse na seleção de livros adequados para a orientação de pais.</b>
<b>Para tanto solicitamos-lhe assinalar, por ordem de importância, os livros abaixo relacionados. Assinale com o número 1 aquele que considera o mais adequado da lista; com o número 2, o segundo mais adequado e assim sucessivamente.</b>
<b>Aqueles livros que, eventualmente, não conheça favor assinalar com o número 0.</b>
( ) <i>Pais Liberados, filhos liberados</i> - Faber, A. & Mazlish, E.
( ) <i>Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar</i> - Faber, A. & Mazlish, E.
( ) <i>Pais presentes, pais ausentes: regras e limites</i> - Gomide, P.I.C.
( ) <i>Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites.</i> - Weber, L.
( ) <i>Quem controla quem? Pais ou filhos?</i> – Balter & Shreve
( ) <i>Pais Perfeitos</i> – Balter & Shreve
( ) <i>Compreendendo seu filho: uma análise do comportamento da criança</i> – Canaan-Oliveira, S.; Neves, M.E.C; Melo e Silva, F.; Robert A.M.
( ) <i>A educação pelo bom exemplo</i> – Severe
( ) <i>O livro das virtudes para crianças</i> - Bennett, W J.
( ) <i>A Criança Problema</i> – Roucek
( ) <i>A Criança Difícil</i> - Turecki, S.& Tonner, L
( ) <i>O que toda criança deve saber</i> – Kalb, J. & Viscott, D.
5- Caso conheça mais livros que considere adequados para orientação de pais, mas que não conste da lista acima, favor inclui-los abaixo.
Título/Autor:
Título/Autor: